INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHA VIVA

Nº 1360 - 11 de maio de 2017

·IMPRESSO·

Temporada de caça aos DIREITOS

Dirigentes da Eletrobras e das subsidiárias fazem "sua parte" promovendo o "desmonte" nas empresas

TRIBUNA LIVRE

O papel da crise na destruição dos direitos, por José Álvaro Cardoso

ENTREVISTA

Palestrante do 10º Congresso, Fábio Valentim, fala sobre a concessão

#OCUPA BRASÍLIA

Movimentos sociais e sindicais articulam-se contra reformas

PG. 3

ELETROSUL

Temporada de caça aos DIREITOS

Enquanto o Governo Federal insiste na tramitação dos projetos e medidas que atacam os direitos previdenciários e trabalhistas, a par e passo, as Diretorias da Eletrobras e demais empresas da holding avançam na tomada de medidas que igualmente atingem direitos e benefícios dos trabalhadores sem se importar com o cumprimentos das normas provenientes dos acordos coletivos de trabalho, e tão pouco demonstram os necessários cuidados com a manutenção da segurança dos trabalhadores e da qualidade nos serviços prestados pelas empresas.

Medidas como corte do Adicional de Periculosidade, alterações nas Escalas de Sobreaviso, suspensão de pagamento de Horário *in Itínere* e de Horas Extraordinárias são alguns exemplos que já vem sendo praticados nas empresas, especialmente na Chesf e na Eletronorte em maior escala, mas que devem ser seguidas pelos administradores em todas as empresas.

Em maior ou menor dimensão, estas medidas já afetam inclusive as áreas operacionais de praticamente todas as empresas do setor e, ainda que firam normas, acordos coletivos, e ameacem a segurança e qualidade dos serviços, vêm sendo tomadas sem nenhum debate com os trabalhadores, os principais atingidos, razão pela qual as entidades representativas da categoria em diversas oportunidades têm solicitado a suspensão destas medidas em curso. O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), em diversas reuniões com Diretorias da Eletrobras e também por meio de correspondências oficiais, tem insistentemente buscado abrir um canal de comunicação e de efetivo debate sobre estas medidas, mas a postura intransigente, autoritária, antidemocrática e sem nenhuma transparência adotada pelas direções das empresas de modo geral impedem que os trabalhadores exerçam seu direito de minimamente participar do processo de adoção destas medidas, ainda que sejam os que melhor conheçam esse processo e os que mais sofram os impactos da má administração.

"Medidas como corte do Adicional de Periculosidade, alterações nas Escalas de Sobreaviso, suspensão de pagamento de Horário in Itínere e de Horas Extraordinárias, são alguns exemplos que já vem sendo praticados nas empresas, especialmente na Chesf e na Eletronorte"

Infelizmente não surpreende a postura dos dirigentes destas empresas. Em boa parte guindados às suas posições atuais pela ascensão ao poder de um governo ilegítimo, que não reconhece o valor dos trabalhadores, os dirigentes das empresas vão fazendo a sua parte na implementação do projeto de destruição dos direitos sociais, e no âmbito das empresas vão promovendo o "desmonte".

A grande adesão dos trabalhadores do setor elétrico à Greve Geral do dia 28 de abril foi uma mostra do descontentamento, da indignação e da disposição dos trabalhadores para combater este projeto, mas novas ações continuam a ser necessárias. Na esfera das relações possíveis entre a representação dos Eletricitários e a Direção da Eletrobras, o CNE se reúne novamente com representantes da holding no dia 16 de maio, buscando mais uma vez suspender as medidas arbitrárias no tocante às condições de trabalho e às relações sindicais. Procura assim estabelecer minimante um debate sobre quais são e de que forma devem ser implementados projetos como o que pretende a criação dos chamados Centros de Serviços Compartilhados (CSC), e outros como, por exemplo, os planos de Incentivo à Aposentadoria e/ou desligamento. O debate destas questões é imprescindível para resguardar a qualidade, a eficiência e a segurança operacional dos serviços prestados pelas empresas à sociedade, sem que o foco da administração permaneça como está, direcionado exclusivamente à redução dos custos do trabalho, não levando sequer em conta o papel social das empresas públicas. O "desmonte" das nossas empresas e o ataque aos direitos dos trabalhadores não são a solução dos problemas!

CELESC

O OLHAR DA CELESC SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

Entrevista com Fábio Valentim, chefe do Departamente de Regulação Técnica e Comercial da Celesc e palestrante do 10º Congresso dos Empregados

Daqui há duas semanas os trabalhadores da Celesc estarão reunidos em Chapecó, no 10º Congresso dos empregados da Celesc, para debater a gestão da empresa frente aos desafios das metas da concessão. Para que os trabalhadores possam realmente influenciar e contribuir com a busca pela manutenção da concessão e da Celesc Pública, é preciso conhecer a realidade da empresa. Escalado para palestrar sobre as ações da empresa na busca pela superação destes desafios, o Chefe do Departamenteo de Regulação Técnica e Comercial da Celesc, Fábio Valentim, conversou com a equipe do Linha Viva.

LV - Como o Departamento de Regulação Técnica Comercial tem se estruturado para os desafios da concessão?

O novo ciclo de concessão estabelecido em julho de 2015, para mais 30 anos, traz grandes desafios, especialmente no atingimento de metas de qualidade do serviço (DEC e FEC) e de sustentabilidade econômica. Especialmente os 5 primeiros anos são os mais desafiadores, onde temos de avançar numa trajetória de melhoria contínua. No primeiro ano de avaliação alcançamos as metas estabelecidas de DEC e FEC, porém precisamos avançar ainda mais. A trajetória de melhoria exigida para os anos de 2018 e 2019 é crescente, o que demanda um esforço antecipado de todos nós, pois os resultados, especialmente na confiabilidade da rede elétrica, não acontecem de uma hora para outra. Nós do Departamento de Regulação Técnica e Comercial - DPRT temos trabalhado, juntamente com a DDI, perante a ANEEL buscando o reconhecimento de especificidades enfrentadas em nossa área de concessão e que impactam o DEC e FEC, principalmente as de ordem climática e de vegetação na rede (reflorestamento). No ano passado, levamos à ANEEL estudos elaborados em parceria com instituto de pesquisas climáticas, capitaneado pelo especialista Eng. Osmar Pinto Jr., pesquisador do INPE, quando tivemos uma receptividade muito boa das áreas técnicas da ANEEL, o que nos motivou a avançar com um projeto de P&D para aprofundar os estudos. Recentemente conseguimos o apoio da Diretoria Executiva na aprovação de investimentos em projeto de P&D da Celesc, que será iniciado nos próximos meses com o objetivo de fortalecer os argumentos técnicos e científicos a serem discutidos com a ANEEL nos próximos anos, quanto a nova metodologia a ser estabelecida para a definição dos limites de DEC e FEC. Visando levar frequentemente ao conhecimento da ANEEL os enfrentamentos climáticos que temos tido na operação do sistema elétrico, estamos trabalhando com a elaboração, em conjunto com a DDI, de relatórios semestrais a serem remetidos à agência reguladora. Ao mesmo tempo, temos trabalhado continuamente junto às áreas técnica e comercial da empresa buscando a regularização de não conformidades apontadas pela ANEEL, assim como orientações quanto à necessária implementação de mudanças regulatórias nos prazos estabelecidos, evitando-se assim, glosas e perdas econômicas para a empresa, além de penalidades. Todas estas ações são importantes para tentarmos sensibilizar a ANEEL das dificuldades a que estamos sujeitos cujos resultados, por vezes, fogem ao nosso controle. Todavia, não podemos nos apegar simplesmente nestes aspectos, de modo que precisamos avançar com investimentos constantes no sistema elétrico, além de intensificar as ações de manutenção e gestão otimizada de equipes.

LV - Diante do cenário atual, qual a expectativa para o cumprimento das metas de qualidade e econômico/financeiras?

Como apontado anteriormente, as metas de DEC e FEC foram atendidas em 2016, primeiro ano de avaliação pela ANEEL. Porém, os desafios são crescentes. Segundo informações da DDI, estão previstos investimentos massivos em novas subestações, linhas e redes, além de equipamentos para automação da rede. No aspecto operacional, também estão sendo intensificadas as ações de poda e roçada, além da otimização da gestão de equipes de campo, com a implementação de ferramentas de gestão e estudos para mudança do sistema de operação. A partir disso, considera-se positiva a expectativa em relação a evolução das metas de DEC e FEC. Todavia, como já destacado, não podemos relaxar, há muito por se fazer. No tocante a sustentabilidade econômico/financeira este será o primeiro ano a ser avaliado pela ANEEL, sendo que, no momento somente será exigido que o resultado (EBITDA) da empresa ao final do ano seja positivo. Todavia o cenário começa a ficar mais desafiador nos próximos anos, onde o nível de endividamento impacta significativamente a análise de sustentabilidade. Por estas razões, ações de redução de despesas, como o Projeto OBZ, além de outros que promovam a eficientização de custos são fundamentais para avançarmos no atingimento das metas de sustentabilidade.

LV - Quais os maiores desafios da Celesc para o cumprimento dessas metas?

O maior desafio da Celesc é a quebra de paradigmas. A Celesc é uma empresa estatal, com suas especificidades, mas que está sujeita a regras e limites de receita financeira comparáveis às demais distribuidoras do setor. Nosso desafio é maior do que uma empresa privada. Temos amarras, como regras mais rígidas de contratação, além de outras exigências, porém não temos tratamento diferenciado pelo órgão regulador, ANEEL. Por isso precisamos tentar racionalizar os processos como for possível, buscando sua eficientização e redução dos custos envolvidos, sem perder do foco o resultado almejado. Neste foco não podemos perder de vista os investimentos e manutenção contínuos no sistema elétrico, bem como medidas de eficientização operacional de equipes, que trarão resultados diretos nos indicadores DEC e FEC. Na gestão econômico-financeira, a empresa precisa manter o foco na redução de custos operacionais e do nível de endividamento, para que possamos garantir a sustentabilidade exigida pela ANEEL.

TRIBUNA LIVRE

O PAPEL DA CRISE NA DESTRUIÇÃO DOS DIREITOS

por José Álvaro Cardoso

As crises econômicas do capitalismo são cíclicas e inevitáveis. Elas podem ser compensadas, neutralizadas temporariamente, mas não refreadas em definitivo. As crise cíclicas são úteis para purgação e depuração dos capitais. Aqueles que conseguem atravessar os períodos mais duros da crise, adquirem musculatura e, no ciclo de retomada da produção e da lucratividade, saem embalados, na frente da concorrência.

As crises são também importantes para fazer regredir direitos sociais e trabalhistas. Alguns meses de crise, às vezes, são suficientes para liquidar direitos sociais básicos, obtidos à duras penas em décadas de sangue, suor e lágrimas. Passadas as crises, não há garantias de saídas benéficas à maioria da sociedade e aos avanços civilizatórios. Pelo contrário, muitas vezes as "saídas" da crise conduzem à regressões nos avanços civilizatórios, como no exemplo extremo das guerras. A crise é oportunisticamente usada para destruir direitos por duas razões: a) compensa a queda da taxa de lucros através da compressão dos salários, com efeito imediato; b) faz o patamar de conquistas dos trabalhadores retroceder, com efeitos de médio e longo prazos.

No Brasil os patrões e o governo estão utilizando a grave crise atual, para liquidar direitos, em larga escala, e achatar ao máximo salários reais. Em face de indicadores tenebrosos, da indústria, comércio, nível de atividades, e outros, se amedronta os trabalhadores, com a ameaça, feita de forma velada ou aberta, do calvário do desemprego. Os trabalhadores, regra geral, sabem bem o que isso significa, por experiência própria, ou por convivência com companheiros desempregados. Nas mesas de negociação é muito comum o argumento patronal de que a não aceitação do reajuste salarial abaixo da inflação é para evitar as demissões: "o que vocês preferem um percentual de reajuste menor que a inflação ou demissão de trabalhadores?" O problema é que, em regra, as demissões já ocorreram, de forma unilateral, e sem precisar condicionar a aceitação de um acordo rebaixado.

O momento é muito difícil porque os ataques aos direitos e aos salários, aproveitando a crise, vem de todas as frentes: Executivo, Congresso Nacional, e Judiciário. Em todas essas esferas predomina um diagnóstico comum, propagandeado até causar náusea, de que os gastos primários, com educação, saúde, combate à pobreza, etc. "quebraram o país". Neste contexto, segundo essa narrativa, a única saída seria empurrar goela abaixo dos trabalhadores e dos brasileiros que necessitam dos serviços públicos, um purgante, um remédio amargo, sinônimo de retirada de direitos sociais e trabalhistas. A ideia de que os direitos sociais causaram o problema fiscal está no imaginário da população em geral, dos empresários nas mesas de negociações, na cabeça dos técnicos do governo. Segundo essa leitura, os gastos sociais obrigatórios, conquistas históricas da constituição de 1988 seriam a causa da crise fiscal, não cabendo mais, portanto, no PIB.

É inútil argumentar que essa é uma conversa fiada, visando liquidar direitos e fazer o Brasil retroceder pelo menos 20 anos nas conquistas da cidadania. É inútil lembrar que a dívida pública no Brasil é muito inferior aos países do G-20 e que o Brasil foi um dos poucos países do mundo que fez superávits primários até 2013 (junto com apenas mais cinco ou seis nações). A maioria da população engoliu a narrativa golpista do "país quebrado", o que explica em boa parte a passividade em relação à Emenda da Morte (EC 95), um verdadeiro absurdo, medida que nem as nações derrotadas nas guerras, rendidas pelo inimigo, adotaram.

É difícil convencer alguém, escravizado pelo senso comum, que acha que que as finanças governamentais se igualam às de uma casa, que o problema do déficit fiscal brasileiro está ligado essencialmente aos gastos com juros sobre a dívida pública, algo em torno de 7% do PIB. Valor superior, por exemplo aos gastos previdenciários (R$ 486 bilhões em 2015), sendo que estes servem à metade da população, algo em torno de 100 milhões de brasileiros. O fato concreto é que a crise é oportuna à retirada de direitos. A PEC 287, da Previdência Social, por exemplo, que implodirá a seguridade social no Brasil, só foi proposta mediante a chantagem de algo muito pior, decorrente da crise econômica, que é o fim da Previdência. No caso dessa PEC, e da maioria das propostas governamentais, o objetivo é ao mesmo tempo ideológico e econômico: utilizar a crise para desmontar as políticas públicas e instrumentos gerais de ação do Estado. Mas o jogo ainda não acabou, conforme ficou evidente pela greve geral do dia 28 de abril, a melhor da história do Brasil.

José Álvaro Cardoso é economista e coordenador regional do Dieese

LUTA

#OCUPA BRASÍLIA

Movimentos sociais e sindicais convocam manifestação em Brasília contra reformas do governo Temer

A disposição de lutar contra a retirada de direitos não pode parar. Depois dos trabalhadores brasilieros terem tomado as ruas no dia 28 de abril, na maior greve geral já ocorrida no país, as centrais sindicais e movimentos sociais estão convocando mais uma grande manifestação contra as reformas trabalhista, previdenciária e contra a terceirização.

Marcada para o dia 24 de maio, a manifestação deve reunir trabalhadores de todo o Brasil para lutar contra as reformas do Governo ilegítimo de Michel Temer. Para os trabalhadores, o que se tem visto é a arrogância e violência de um governo que se nega a debater com a população assuntos que impactam na vida de todos. Acobertando corruptos e corruptores, o Governo Temer tem feito o jogo dos inimigos dos trabalhadores, destruindo direitos históricos, rasgando a CLT e impondo um grande retrocesso social no país.

A luta não pode parar. De volta às ruas, os trabalhadores podem sim mudar o rumo deste Brasil, de volta para um país mais justo. Vamos à luta!

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Patrícia Mendes
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 | (047) 3028-2161 | E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

Ciranda da fala

A MATERNIDADE E SUA AUSÊNCIA

Atualmente, ser mãe se tornou uma questão de escolha da mulher. É uma conquista moderna. Todos sabem que o advento dos métodos contraceptivos libertou as mulheres de sua atribuição histórica primordialmente reprodutora e possibilitou que elas tenham uma vida sexual saudável, desvinculada de um resultado que, muitas vezes, não é desejado: gravidez, parto e filho.

Hoje em dia, ser mãe é questão de escolha sim. Os motivos para ter ou não tem um filho são infinitos. Porém, nem toda maternidade é boa. A experiência de ser mãe é subjetiva e seu entendimento varia de mulher para mulher.

É claro que na maioria das vezes as mulheres sentem necessidade de ser mãe e se realizam com a passagem da gravidez, trabalho de parto e criação e acompanhamento de seus filhos. Mas muitas também se desliudem com esse processo. Existem também aquelas que optam pela maternidade somente para cumprir protocolos ou até mesmo tratar a maternidade como um produto ou objeto, confundindo e projetando seus desejos nos próprios filhos.

Mas também tem uma grande parcela de mulheres que, simplesmente, optaram por não terem filhos, seja por questões biológicas, por medo, falta de tempo, espaço, companheirismo ou, falta de vontade de inserir um ser humano em um mundo como o nosso.

Se você se enquadra (ou não) em qualquer desses tipos de mulheres, onde o tema da maternidade se encaixa na sua vida, seja no passado, presente ou futuro, venha para o II Ciranda da Fala.

Venha falar de suas experiências e compartilhar com as colegas o seu sentimento.

Estamos aguardando por todas vocês.

QUANDO: 12/05/17 (Sexta-feira)
HORA: 09 horas
LOCAL: sala Florianópolis da sede da Eletrosul